



EDITAL

A **ESCOLA JUDICIAL DOS SERVIDORES** comunica a abertura das inscrições para o curso '**A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: DOIS ANOS DE VIGÊNCIA (LEI Nº 13.709/2018)**', aprovado pelo seu Conselho Técnico, em reunião de 11 de fevereiro de 2022, sob a coordenação de Walter Salles Mendes, coordenador da EJUS1, e Miguel da Costa Santos, chefe de seção judiciário da EJUS1.2, que será realizado exclusivamente na modalidade a distância, no período de **8 de agosto a 8 de setembro de 2022**.

OBJETIVOS: Propiciar formação continuada e aperfeiçoamento dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com a implementação de cursos na área jurídica à luz da legislação, da doutrina e da evolução jurisprudencial, integrando teoria e prática. Possibilitar análise de aspectos relevantes da Lei Geral de Proteção de Dados, com vistas a aprimorar a sua aplicação aos casos sub judice, bem como aos dados tratados no âmbito do tribunal. Realizar abordagem teórica e prática acerca dos direitos dos titulares dos dados pessoais, bem como dos deveres dos servidores para assegurar a melhor proteção aos dados. Recomendar boas práticas para a segurança de dados pessoais, no âmbito do tribunal e também no âmbito privado dos servidores. Oferecer subsídios para aprimoramento da aplicação prática do diploma legal.

PÚBLICO-ALVO: Servidores lotados nas unidades judiciais, oficiais de justiça, assistentes jurídicos, assistentes judiciários e estagiários de nível superior do Tribunal de Justiça (TJSP).

VAGAS OFERECIDAS: 1000 (mil) vagas para a modalidade a distância.

Haverá emissão de certificado de conclusão de curso àqueles que apresentarem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

PERÍODO DE INSCRIÇÕES: das 9h de 1º de julho de 2022 às 18h de 1º de agosto de 2022.

Para se inscrever os interessados deverão acessar a página da EJUS por meio da intranet > Servidores > Ver Mais > EJUS > Sala de Alunos ou pelo site do Tribunal de Justiça na aba INSTITUCIONAL > ESCOLAS.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

1. A inscrição importará o conhecimento de todas as instruções, tais como se acham estabelecidas neste Edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
2. Os servidores do Tribunal de Justiça deverão observar as normas contidas na Portaria Conjunta nº 1, de 3 de setembro de 2012, publicada no DJE em 28/9/2012, págs. 1 a 4 e alteração publicada no DJE em 1º/2/2013, pág. 1.
3. As inscrições de estagiários devem ser solicitadas através dos e-mails de contato, após prévio cadastro no sistema da EJUS: <https://www.tjsp.jus.br/app/sige/cursos>.
4. O curso deverá ser acessado no período de **8 de agosto a 8 de setembro de 2022**.
5. Os inscritos receberão orientações e o link de acesso ao curso que serão enviados para o e-mail institucional ou poderão acessá-lo na plataforma Moodle da EJUS por meio do endereço eletrônico: <http://www.ejus.tjsp.jus.br/moodle/login/index.php>.
6. O material de aula estará disponível em <https://www.tjsp.jus.br/app/sige/sala/meus-cursos>: Sala de Alunos > Matrículas Realizadas > Material de Estudo.
7. No caso de o servidor inscrever-se em atividades da EJUS e não obtiver aprovação e frequência igual ou superior a 75%, ficará impedido de participar de outros cursos ou palestras, pelo prazo de 90 dias.
8. Incorre no mesmo impedimento aquele que desistir da participação após o encerramento do período de inscrições.
9. Com exceção de ausências motivadas por caso fortuito ou força maior, não serão deferidas as justificativas por: a) absoluta necessidade de serviço; b) exames e consultas médicas agendadas; e c) faltas compensadas e abonadas, férias regulamentares, licenças e demais afastamentos previstos em lei.
10. As impugnações do bloqueio deverão ser pleiteadas no prazo de 10 dias corridos, contados a partir do envio do e-mail de notificação do bloqueio.
11. Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas para: ejus.capital@tjsp.jus.br ou ejus.interior@tjsp.jus.br.

PROGRAMAÇÃO:

AULA 1

Conteúdo programático: Aspectos jurídicos (Parte I). 1. Direito à privacidade. 2. Breve contexto histórico da proteção de dados pessoais. 3. Sociedade da informação (noções gerais). 4. Apresentação da LGPD (introdução,



conceitos e objetivos da lei). 5. Abrangência e aplicabilidade (incidência sobre o setor público). 6. Fundamentos legais e princípios norteadores. 7. Direitos dos titulares de dados pessoais.

Palestrante: Isadora Ribeiro Baker – Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

AULA 2

Conteúdo programático: Aspectos jurídicos (Parte II). 8. Agentes de tratamento de dados pessoais e outros atores (controlador, operador, encarregado). 9. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. 9.1 Atribuições. 9.2 Relação da ANPD com outros órgãos controladores. 10. Hipóteses de tratamento e exceções. 11. Segurança de dados pessoais e notificação. 12. Responsabilidades, sanções e ressarcimento de danos. 13. Bases legais para tratamento de dados aplicáveis à Administração Pública e suas limitações.

Palestrante: Isadora Ribeiro Baker – Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

AULA 3

Conteúdo programático: Aspectos técnicos – tecnologia da informação. 1. Os aspectos técnicos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709/2018. 2. A atuação da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI. 3. Boas práticas e governança de dados pessoais. 4. Recomendações de segurança de dados pessoais aos setores do TJSP. 5. Recomendações de segurança de dados pessoais aos servidores do TJSP (aplicáveis à atuação no âmbito do TJSP e à vida pessoal). 6. Contatos no TJSP para tratar sobre segurança da informação.

Palestrante: Edivaldo Antonio Sartor – Coordenador da Coordenadoria de Segurança da Informação e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com atuações nas áreas de infraestrutura, segurança da informação e proteção de dados, participando do gabinete do encarregado TJSP (LGPD). Graduado em Processamento de Dados pela Universidade Camilo Castelo Branco. Pós-graduado em Informática em Educação pela Universidade Federal de Lavras. Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Paulista e MBA Executivo em Governança de TI pela Universidade Federal de Lavras. Atualmente, professor de Graduação e MBA do Centro Universitário FIAP ministrando disciplinas relacionadas a governança de TI, infraestrutura de datacenter, TI verde, cloud computing, direito eletrônico e cybersecurity. Experiências nas áreas de ciência da computação, com ênfase em metodologia e técnicas da Computação, atuando nos seguintes temas: tecnologia da informação, segurança da informação, governança, infraestrutura de TI, privacidade e proteção de dados pessoais.

METODOLOGIA: Aulas teórico-expositivas, com estudos de casos e de julgados, com apoio em slides.

[Clique aqui para efetuar sua inscrição](#)